

de Souza, Geraldo de Azevedo, Nelson, Imran, Rondon, Moraes, Se-  
lávio Raja Galvão e Walter de Bessa Teixeira. Havendo número  
de regimento, o Senhor Presidente, em nome de Deus, declarou  
aberta a presente reunião. Não havendo Oito conferenciada po-  
ra ser lida, nem Expediente, nem como crônicas, anexitas, e  
Senhor Presidente, de imediato, tramitou os trabalhos à  
ORDEM DO DIA. Nesta etapa, o Senhor Presidente, convidou os  
Deputados Walter de Bessa Teixeira e Antônio Carlos de Cas-  
valho Trindade para atuarem como encartados na vota-  
ção por escrutínio secreto dos seguintes Projetos de Título de  
Cidadão Político: Projeto de Resolução nº 35/85, de auto-  
ria do Deputado Wilmar Monteiro, aprovado por sete votos  
a dois, Projeto de Resolução nº 36/85, do Deputado Vereador  
Sílvio dos Santos Siqueira, aprovado por sete votos a um,  
Projeto de Lei nº 37/85, de autoria do Deputado Dixley Pereira da  
Silva, aprovado por sete votos a dois, Projeto de Resolução  
nº 38/85, do Deputado Vereador Antônio de Oliveira, apro-  
vado por sete votos a dois. Nada mais havendo a tratar, o Se-  
nhor Presidente, marcou uma reunião em caráter ordinário para o dia  
vinte e dois, terça-feira, às dezesseis horas e encerrou a pre-  
sente S. para combiar, mandou que se levantasse esta Oito, que  
depois de lida, submetida à apreciação pluriária, aprovada, sem  
amendado, para que produza os seus efeitos legais.

Antônio Carlos de Cas-  
valho Trindade

Oito da Câmara Municipal de  
Ordinária, do Segundo Período  
Ordinário, do ano de mil e nove-  
centos e oitenta e cinco (1985)  
realizada no dia vinte e dois do  
mês de outubro do ano em curso.

On dezoito de Maio e trinta e sete do dia vinte e dois de outubro do ano de mil novecentos e oitenta e cinco (1985), na presidência do Vereador Ary Silveira da Rocha, com a presença da primeira e da segunda secretarias pelas Vereadoras Gribelace Acopi de Oliveira e Maria José de Aguiar, reuniu-se extraordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Itiro. Após discussões, não se deu origem a chamada em sessão regular. Vereadores: Antônio Carlos de Carvalho Guindade, Alencar Ferreira de Souza, Queen Benna de Aguiar, Dely Pereira da Silva, Osmar Bardenho Moraes, Octávio Jay Gallegria, Silveira Aguiar dos Santos Silva, Virgínia Corrêa de Souza, Walter de Benna Teixeira e último nomeado. Quando iniciou a sessão, o Sr. Presidente, em nome de Deus, declarou aberta a presente reunião. Logo após, o Sr. Presidente, determinou a leitura do EXPEDIENTE, que consta do seguinte: Projeto de Resolução nº 39/85 do autor do Vereador Walter de Benna Teixeira, concede título de Cidadão Cabofriense ao Senhor Carlos Emente Silva, de Oliveira. Projeto de Resolução nº 40/85, do autor do Vereador José de Aguiar, concede título de Cidadão Cabofriense ao Senhor João da Costa Neves. Projeto de Resolução nº 41/85, do mesmo autor, concede título de Cidadão Cabofriense ao Senhor José Augusto Reis. Projeto de Resolução nº 42/85, do autor do Vereador Walter de Benna Teixeira, concede título de Cidadão Cabofriense ao Senhor José Ferreira de Souza. Indicação nº 121/85 do autor do Vereador Antônio Carlos de Carvalho Guindade, que seja oficiado ao Senhor Prefeito Municipal, no sentido de providências dentro no possível, e emplacamento das Ruas e as numerações das casas, por uma firma especializada. Indicação nº 122/85, do mesmo autor, seja oficiado ao Senhor Prefeito Municipal, para que sejam colocados Bancos, luminarias e colchetes para publicação dos editais e do sel, no bairro Santo Antônio. Indicação nº 123/85 do autor do Vereador Walter de Benna Teixeira, solicite ao Sr. Presidente ao Senhor Prefeito Municipal, providências quanto ao problema

de Quemada Bicy Gomes da Costa, e algumas transeuntes localizadas no Bairro de São Prudente, Requerimento nº 134/85, de autoria do Vereador Antônio Carlos Trindade, solicita emissão de Licença de Parar à família do Senhor Helio da Costa ocorrido no dia 18 de outubro do corrente, em nome Municipal, Requerimento nº 135/85, do laudo do Vereador Mauro José de Aguiar, dispõe sobre concessão de Licença de Parar a família do Senhor Hamilton Moreira de Barros, Requerimento nº 136/85 do mesmo autor, solicita ao Excelentíssimo Senhor Brasil de Moura Braga, Governador do Estado, a instalação de uma Agência de Bônus - Banco do Estado do Rio de Janeiro, no Bairro de São Prudente - 1º Distrito de Cabeão, Requerimento nº 138/85, do laudo do Vereador Imran Cordeiro Moreira, requer urgência e discussão única para o Projeto de Lei nº 133/85 contendo Mensagem Executiva nº 105/85, nas Comissões de Constituição e Justiça, Finanças, Orçamento, Redação Final, Requerimento nº 139/85, do mesmo autor, requer urgência e discussão única para o Projeto de Lei nº 154/85, contendo Mensagem Executiva nº 111/85, nas Comissões de Constituição, Justiça, Agricultura, Indústria Comércio, Obras Públicas, Redação Final, Requerimento nº 141/85, de autoria do Vereador Octávio Raja Gabaglia, seja enviado Expediente ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, solicitando cópia da Lei nº 401/85, com a devida numeração ou veto. Terminada a feitura do Expediente e como primeiro orador inscrito, ocupou a tribuna o Vereador OCTÁVIO RAJA GABAGLIA, iniciando sua fala colocou um amplo relato do respeito da Lei de sua autoria que regulamentava o transporte coletivo no Município, suas implicações e o alcance social embutido no mesmo que vinha beneficiar uma grande parte da população estudentil do Município de Cabeão, destacando o fato da Lei ser pioneira no Brasil por sua abrangência, em favor de proporcionar mais um ônibus para as empresas de ônibus e que infelizmente teria que ser repañado visto por o transporte



te coletivo a própria razão de ser das empresas, embora nem todos os custos devam ser alocados às tarifas do serviço, enfatizando talvez fosse chegada a hora de ser abordado também um assunto que há um ano gravitava no País, referindo-se à tarifa unificada no transporte coletivo no Município de Cabo Frio, que sendo um assunto polêmico deveria ser tratado com o devido cuidado pela Câmara, registrando que existiam distorções latentes no quadro tarifário dos transportes no Município de Cabo Frio. Disse que deveria ser adotado no sistema de transporte urbano do Município, o que poderia denominar de tarifa com alcance social no sentido de que os mesmos favorecidos com tarifas poderiam pagar o preço junto pelo serviço, exemplificando uma série de tarifas existentes com preços defasados em relação ao percurso e outras que extrapolavam a realidade econômica do Município, ou melhor do usuário do transporte coletivo. Disse que a Comissão de Administração de Búzios, agindo em nome do seu Presidente, o Prefeito Municipal, iniciara na data e termo do Parecer de "Cem Buzões" especificamente no sistema viário da localidade, que paralelo à implantação do sistema de manilhas iria resolver em definitivo o problema de enchentes na região, e que o sistema de iluminação pública também já estava implantado através de gentios com o Governador General Buzola, que a PEDAF faria brevemente a regularização do sistema de fornecimento de água, encerrando a região sua fala reiterando o pleito no sentido de que fosse feita uma ampla discussão a respeito da questão tarifária de transporte coletivo no Município de Cabo Frio. A seguir, ocupou o tribuna o Senador DIRLEY PEREIRA DA SILVA, iniciando sua fala tendo criticado ao Governo da Nova República, dizendo que o povo brasileiro continuava sofrer com a elevada custo de vida e uma série de injustiças sociais, e atendo-se ao Plano Nacional de Reformas Agrárias disse que impelimento e nenhuma mão estende ao povo necessitados do País, que no último dia 11 de outubro o Presidente João Sarney assinara um documento desfigurado e sem atender ao

problema fundiário nacional, alongando-o em comentários técnicos e respeito de assunto que em sua opinião era a primeira grande deficiência que o Governo da Nova República proporcionava ao povo Brasileiro, visto não haverem sido nos últimos meses a tão propaganda justiça para o homem do campo, e que assinava ainda mais os conflitos sociais, beneficiando os melhores latifundiários que distinguiram o latifúndio Brasileiro, o pequeno agricultor. Até mesmo a própria Nação Brasileira criticou a política econômica adotada pelo Governo Brasileiro que no seu entender cada vez mais beneficiava o povo Brasileiro com um imprevisto sem precedentes. Disse que em visita a região de Botafogo no interior do Município pode constatar a ineficiência daquela comunidade para com a Administração Municipal, com as entradas vicinárias e suas em pleno abandono, sendo cobrada também a criação de uma Administração Regional para a localidade, ainda a questão irregular de IPTU muito mais com características eminentemente rural, que seria objeto de discussão na próxima reunião, encerrando a reunião sua fala. Em seguida, escovou a tribuna e Senador WALTER DE BESSA TEIXEIRA, iniciando sua fala, parablenizou ao Senador Sílvio Pereira da Silva pelo teor do seu pronunciamento naquela tarde, dizendo-lhe o teor do mesmo era digno de uma Assembleia de Deputados abrangendo problemas complexos como a Reforma Agrária Brasileira. Disse que atendendo a convoc. havia visitado o Bairro Eldorado II, constatando "in loco" que o local carecia da atenção da autoridade Municipal para problemas primários de equipamentos urbanos como por exemplo, Saneamento Básico, Pavimentação, não havendo ne tais problemas estar motivados pela incompetência do Administrador ou por omissão da Prefeitura, solicitando providências a respeito. Criticou o estado de abandono em que se encontrava a Avenida José Carlos de Castro no Bairro São Pantão, homenagem a um dos mais plantões de

readores do Câmara Municipal, prematuramente falecido, no-  
licitando providências no sentido de que fosse recuperado o pi-  
no político da referida Antônia. Disse que naquela reunião refe-  
rava para a apreciação do Plenário, Resolução de Aparentes dirigida a  
João José de Carvalho, residente em Raja pela sua dedicação ao  
local e pelo seu desempenho em favor daquela comunidade,  
sendo um dos seus pontos principais pela implantação da emergência elétrica  
no local além de outras melhorias. Comentando sobre a Lei de  
autorização do Vereador Octávio Raja Cabaglia, transformando em  
concessão as permissões de transporte coletivo no Município de  
Cabo Frio, mencionou que inclusive provocara seu afastamento do  
PMSB, lamentou que o diploma legal ainda não tivesse sido nomi-  
nizado pelo Prefeito Municipal, dizendo que o Executivo tem um  
tempo determinado para após sua decisão, indagando se  
porque da demora visto a importância da Lei de grande impacto  
no para o Município, cabendo ainda a promulgação da Lei pela  
Legislativa através do seu Presidente, Vice, ou Primeiro. Segundo  
Secretários, encerrando a reunião sua fala logo após, ocupou a tri-  
buna o Vereador OCISTARCO ACIOLI DE OLIVEIRA, fez comentários  
sobre as obras que estavam sendo desenvolvidas no Município e  
os esforços que estavam sendo dirigidos no sentido de que os Muni-  
cípios recebessem novos investimentos, ou melhor, novos recursos,  
através da Reforma Tributária ou Lei dos Royalties do Petróleo e que  
assegurava a natural retirada da pauta a apreciação do Organismo  
do Município para o ano de 1986 visto as modificações que ha-  
veriam de ser implementadas. Pedindo vista ao Vereador Almeida  
Ferreira de Souza, líder do Senha Prefeita, comunicou que o Exe-  
cutivo estava promovendo esforços no sentido de que o Município  
obtivesse recursos para fazer face a despesas do último trimestre,  
entre as quais se registrava o pagamento do décimo terceiro  
salário ao servidor municipal, afirmando que a Municipalidade  
cumpriria com todos os seus compromissos. Disse que as leis em  
apreciação no Congresso viriam de certa forma cobrir eventuais



prejuizo de competência da provável separação do Distrito do Nacional de Cabo, enfatizando que o termo provável se refere a fato da Prefeitura de Cabo não ter em julgamento recurso ao Supremo Tribunal Federal quanto a emancipação do 4º Distrito, tendo em devida que o Distrito de Itatiaia, Campos, houve perda de sua condição de Município, através de decisão do Supremo Tribunal Federal, embora não quis não afirmar que o mesmo ocorreu em Nacional de Cabo. Por outro lado disse que estava mantendo contatos com algumas lideranças no Congresso Nacional, e visitas que fizera a Brasília para tratar de assuntos de interesse de Municipalidade, afirmando que o líder do PRDB, Deputado Pimenta da Veiga, ao contrário das notícias em circulação não está em conflito e pagamento dos royalties do Politécnico, Comandando sobre a promulgação do Decreto do Prefeito de Bona Fideiro, disse que em outra reunião dedicava toda a noite para no Tribunal para oferecer a dívida referente ao Juro dos Aflitos Bona com relação a lei de autonomia do Juro dos Aflitos. Já o Engenheiro que dirigia sobre regulamentação de concessões de transporte coletivo no Município, gratuidade para ex-alunos do 1º Grau nas freguesias de vários Municípios, reiterando no entanto sua crença no breve retorno do Vereador Aflitos Bona ao Poder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, que todas as decisões da Bancada do PRDB sempre haviam sido tomadas com o aplauso e com o voto do Deputado Juro dos Aflitos, que no momento. Atendendo no âmbito do relacionamento político entre a Bancada do PRDB na Câmara Municipal, o Diretor do Partido disse que com a renúncia do Diretor proporcionou uma nova dinâmica com as decisões da Bancada sendo levadas ao conhecimento dos companheiros do Partido através de reuniões periódicas o que contribuiria para o aperfeiçoamento das decisões legislativas de responsabilidade do Partido, encerrando sua fala. Não havendo mais assuntos imediatos, o Senhor Presidente do Conselho Transpôs em trabalhos a ORDEM DO DIA desta etapa, ficando a apreciação

dos em seguintes matérias: Foram aprovados os Requerimentos nºs. 137, 138/85, de autoria do Vereador Walden de Brito Teixeira, 135, 136/85, de autoria do Vereador Mauro José de Aguiar, 138, 139/85, de autoria do Vereador Osmar Condeiro Moraes e 134/85 de autoria do Vereador Antônio Carlos Trindade. Foram aprovadas as Indicações nºs. 121, 122/85, de autoria do Vereador Antônio Carlos de Carvalho Trindade, 123/85, de autoria do Vereador Walden de Brito Teixeira e revogada de pauta a Requerimento nº 141/85, de autoria do Vereador Octávio Raja Gabaglia. Foram encaminhados a Comissão de Constituição, Justiça, e seguintes Projetos: Projeto de Resolução nº 39, 42/85, de autoria do Vereador Walden de Brito Teixeira, 40, 41/85, de autoria do Vereador Mauro José de Aguiar. Foram aprovados os Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça, nos seguintes Projetos: Projeto de Lei nº 139/85, contendo Remoção Executiva nº 93/85, Projeto de Lei nº 140/85, contendo Remoção Executiva nº 94/85, Projeto de Lei nº 141/85, contendo Remoção Executiva nº 95/85, Projeto de Lei nº 142/85, contendo Remoção Executiva nº 96/85, Projeto de Lei nº 143/85, contendo Remoção Executiva nº 97/85, Projeto de Lei nº 145/85, contendo Remoção Executiva nº 99/85, Projeto de Lei nº 146/85, contendo Remoção Executiva nº 100/85, Projeto de Lei nº 149/85, contendo Remoção Executiva nº 103/85, Projeto de Lei nº 151/85, contendo Remoção Executiva nº 106/85, Projeto de Lei nº 152/85, contendo Remoção Executiva nº 107/85. Foram aprovados os Pareceres da Comissão de Redação Final, nos seguintes Projetos: Projeto de Lei nº 29/85, contendo Remoção Executiva nº 27/85, Projeto de Lei nº 137/85, contendo Remoção Executiva nº 91/85, Projetos de Lei nºs. 104, 121, 122, 134/85, de autoria do Vereador Sírgio Corrêa de Souza, e 124/85, de autoria do Vereador Octávio Raja Gabaglia. Foram encaminhados à Comissão de Constituição, Justiça, Finanças, Encargos, Apropriação, e Redação Final para emitirem seus pareceres nos seguintes Projetos: Projeto de Lei nº 153/85, contendo Remoção Executiva nº 105/85, Projeto de Lei nº 154/85, contendo Remoção Executiva nº 111/85. Trindade

Ordem do Dia, tramqueada a palavra para EXPLICAÇÕES PESSOAIS,



fez uma da mesma a Vereador ALCINEDES FERREIRA DE SOUZA  
 iniciando seu discurso, falou do valor cultural do Sociedade  
 de 13 de Novembro para o Município de Cabo Frio, convidando  
 a todos para o posse da nova Dinastia no dia 13 de novembro  
 às vinte horas no sede da Sociedade no Bairro Vila Rica, dicen-  
 do ainda de sua honra em participar da Dinastia da Família  
 e, reafirmando que iria sempre contar com o apoio daqueles  
 que preservavam a memória cultural do Município de Cabo  
 Frio, e principalmente ao Câmara Municipal de Cabo Frio. Fa-  
 lou de Projeto da Primeira dama do Município Senhora Tonete  
 Corrêa, no sentido de que fosse construído no Município uma  
 arte para pessoas idosas, e que assim sendo, comunicara a  
 comunidade que se colocava a disposição da Senhora Tonete  
 Corrêa no sentido de que o arte fosse realmente construído,  
 exaltando a importância da primeira dama e alcança ne-  
 cessidade da obra na qual deveria estar empregada toda a popu-  
 lação lembrando comentou sobre o discurso do Vereador An-  
 tônio Pereira do Silva, quando criticava ferozmente os casos su-  
 tuados em zona rural no IPTU, dizendo que a tributação  
 IPTU, INCRA, tinha como objetivo atingir aos possesores  
 que anteriormente tinham suas casas destruídas por soli-  
 fundários. Disse que o fomento no IPTU tinha como ob-  
 jetivo dar uma maior publicidade e garantir ao fazendeiro o  
 reconhecimento na terra que ocupava, cujo direito o sua casa  
 estava de certa forma configurada pelo fomento no regis-  
 tro no cartório de imóveis da Prefeitura de Cabo Frio, e confor-  
 me a lei, sua fala Nada mais havendo a tratar, o Senhor Pre-  
 sidente, marcou uma reunião extraordinária para dentro de dez  
 minutos e encaminhou a presidente e para constar mandou que se  
 lavasse este ato que, depois de lida, publicada e aprovada a  
 plenária, aprovada, sendo assinado para que produza seus efe-  
 tos legais.